

Presidente da Comissão de Educação, Nikolas nunca fez projeto sobre o tema

Deputados veem risco de discussão ideológica sequestrar atividade do colegiado e prejudicar debate

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Nenhum dos sete projetos de lei apresentados na Câmara pelo novo presidente da Comissão de Educação da Casa, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), tratam do tema que é o foco do colegiado.

O parlamentar é conhecido pelo apoio ao bolsonarismo e defesa de pautas ideológicas, o que, segundo interlocutores no Congresso e do governo, pode nortear suas atividades no cargo em detrimento de pautas importantes.

O deputado foi indicado por seu partido para presidir essa comissão permanente da Câmara, o que foi eleito na quarta-feira (6). O colegiado é responsável por, no âmbito regular, apreciar projetos de lei sobre o tema, promover debates e convidar especialistas e políticos. É recorrente que ministros da Educação e dirigentes de órgãos ligados à pasta tenham de prestar esclarecimentos.

Há receio entre parlamentares envolvidos com o tema de que discussões ideológicas sequestram as atividades da comissão e prejudicam a análise de matérias importantes para a área. Por isso, a visão entre eles é que a falta de consenso do deputado com a discussão possa impactar os debates.

É comum que a comissão seja liderada por parlamentares com algum tipo de ligação com o tema ou com proposições relacionadas. É o caso dos ex-presidentes Noses Rodrigues (União-TO), que tem projetos na área e havia sido vice-presidente antes de assumir o colegiado, e a professora Dorinha (União-CE), hoje senadora e que tem histórico consistente de atuação na área. Até o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que não tem atuação destacada no tema, havia apresentado dois projetos ligados ao tema antes de assumir a cadeira, em 2022.

Muitas pautas de interesse do governo não passam pelas comissões. Mas uma preocupação é de que, enquanto o governo deposita energia para garantir aprovação de pautas prioritárias de caráter econômico ou político, a comissão se torne palco para o avanço de uma agenda no campo dos costumes.

Nikolas Ferreira foi procurado pela Folha, mas não retornou. No X (antigo Twitter), ele



O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) discursa no plenário da Câmara dos Deputados. 2024, 9 de março, 10h 23. Câmara dos Deputados

Neste ano de presidência, debateremos assuntos importantes e complexos como: Plano Nacional de Educação, Segurança nas Escolas, fortalecimento da Educação Básica, homeschooling, dentre diversos outros temas que são importantes para a Educação em nosso país.

publicou que pretende garantir espaço para todos os membros e que "a democracia não será relativa na comissão". Ele elenca temas que pretende tocar. "Neste ano de presidência, debateremos assuntos importantes e complexos como: Plano Nacional de Educação, Segurança nas Escolas, fortalecimento da Educação Básica, homeschooling, dentre diversos outros temas que são importantes para a Educação em nosso país. Para isso, realizaremos audiências públicas, criaremos subcomissões e fiscalizaremos a política nacional de educação do atual governo. Estou comprometido em trabalhar com a Comissão para que a educação no Brasil seja um alcear só para todos", disse.

Uma das bandeiras de grupos de direita e religiosos, a regulamentação da educação domiciliar (homeschooling) já foi aprovada na Câmara em 2022. O texto segue parado no Senado.

O deputado Raciara (PV-BA) afirma que Nikolas Ferreira tem o direito de pleitear e ocupar o cargo por ser eleito, mas critica a decisão do PL de indicá-lo devido ao risco de que possa politizar e partidizar as discussões.

"Eu não riam um deputado de primeiro mandato, no se-

gundo ano de mandato, presidir uma comissão com importância da Educação. E não é uma pessoa da área, não tem conhecimento", diz Raciara. "Assuntos que precisam de muita discussão podem ficar prejudicados por uma pauta retrograda que ele indica".

A deputada Dandara (PT-MG) classifica o novo presidente da comissão como inimigo da educação pública, diversa, plural e democrática. "Sabemos que onde a extrema direita está a discussão é reduzida a falas de debates ideológicos que querem esconder o verdadeiro projeto de censura, de exclusão e de discriminação, de criminalização dos professores e da privatização da educação", afirma.

No ano passado, a Justiça em Minas Gerais acatou denúncia do Ministério Público contra o parlamentar por intolerância por identidade ou expressão de gênero. A denúncia foi feita em julho de 2022, depois de o então vereador por Belo Horizonte mostrar nas redes sociais parte de um vídeo sobre uma aluna trans e de anos no banheiro de uma escola particular da capital mineira — o registro foi feito pela irmã da aluna, também adolescente.

Em fevereiro de 2023, a Justiça em Minas Gerais já havia acatado outra denúncia con-

tra o parlamentar, apresentada pela deputada federal Duda Salabert (PDT), que é mulher transsexual, por injúria racial. Em abril o deputado foi condenado, em primeira instância, a pagar R\$ 80 mil a Salabert. Um novo formato para formação de professores e melhorias para a carreira, em meio, sistema nacional de educação e recomposição dos orçamentos das universidades federais são alguns dos temas que parlamentares colocam como prioridade para as discussões na comissão.

A composição de um novo PME (Plano Nacional de Educação) será um dos maiores desafios legislativos para o governo a partir deste ano. O plano define metas educacionais para o prazo de dez anos, e o atual vence neste ano. O Ministério da Educação deve encaminhar uma proposta de texto em breve. Ainda não é possível saber se ele passará pela comissão de educação.

A pesar de não dedicar atenção à educação nas suas poucas propostas de novas leis, Nikolas Ferreira tem feito coro ao discurso de que haveria doutrinação ideológica de esquerda em escolas e faculdades. Ele é vice-presidente de uma frente parlamentar, articulada pelo seu partido, que tem esse objetivo.

gir a troca de 20% da frota — estimada em 13 mil veículos.

Este dinheiro deverá ser usado só para a compra dos veículos — os gastos com infraestrutura não estão incluídos no valor. Cabe às empresas de ônibus pagar pelo serviço, mas os empresários disseram para a prefeitura que não dispõem do dinheiro.

“Sem querer ser leviano, é uma impressão que tenho. Estou colocando um sentimento pela conversa do dia, porque essa turma é só desculpa o tempo inteiro, né”, prosseguiu o prefeito.

A relação entre Nunes e Enel é conflituosa desde o apogio que atingiu a cidade em novembro de 2023. A gestão Nunes chegou ao poder em novembro de 2023. A gestão Nunes chegou ao poder em novembro de 2023.

São Paulo contabiliza, hoje, apenas 84 ônibus movidos a bateria. A prefeitura fez empréstimos de R\$ 5,7 bilhões junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Mundial, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para atin-

Rumo do julgamento é desesperador, diz viúva de músico morto

César Feltosa

BRASÍLIA Luciana dos Santos Nogueira, 46, acompanhou à distância o julgamento do STM (Superior Tribunal Militar) que pode pôr fim ao processo judicial contra os militares que mataram a tiros seu marido, o músico Evaldo Rosa, em 2019.

“Lamentável, muito triste o rumo que o julgamento está tomando. Se as pessoas que acompanharam este caso sentem esse absurdo, imagine para mim, que sou esposa, imagine para o Davi, que é filho. É apavorante, desesperador”, disse.

O tribunal militar começou na quinta-feira (29) a julgar um recurso da defesa dos oito militares condenados. O relator do processo, ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, votou pela absolvição dos militares pela morte de Evaldo — e, pelo homicídio do cadáver de reclusos Luciano Macedo, propôs a redução das penas de 21 anos para 3. Amaral, que é tenente-brigadeiro da Aeronáutica, entendeu que os militares não queriam ter matado Evaldo e que só dispararam contra o músico por tê-lo confundido com um criminoso que havia fugido do local após roubar um carro.

Foram, ao todo, 27 tiros disparados pelos militares na ação, segundo a perícia. Depois, na visão do ministro, é justificável porque os militares julgavam estar em perigo durante a ação. Evaldo e sua família estavam a caminho de um chá de bebê. Luciana estava no carro, no banco traseiro, ao lado do filho Davi Bruno Nogueira, na época tinha 7 anos.

“Quando eu ouvi os primeiros tiros, não imaginei que fossem os militares. Eu me senti segura, disse para o Evaldo: ‘Calma, amor, é o quartel, é o Exército’. Eu não imaginei que os tiros estariam partindo de mim [...]”. Como a gente não tinha nada a ver com aquela situação, eu proibi que eles [militares] chegassem perto do carro, para não plantar provas, drogas”, disse.

Depois da morte de Evaldo, a vida de Luciana virou do avesso. Técnica de enfermagem, ela teve de assumir um segundo emprego para pagar as contas.

Trabalhando em dois hospitais, ela dá plantões de 24 horas a cada dois dias. Teve de se ajustar para que o filho Davi Bruno, hoje com 12 anos, fique com os avós enquanto realiza cuidados paliativos em pacientes.

A família chegou a um acordo com a AGU (Advocacia-Geral da União) para uma indenização de R\$ 15 milhões, além do pagamento de pensão mensal para a esposa e o filho de Evaldo, no valor de um salário e meio para cada.

“Ainda não [precisa] o dinheiro da indenização. Então, acordo foi feito porque era a forma que dava certo”, afirmou Luciana.

Ricardo Nunes ameaça ir à Justiça contra Enel por causa dos ônibus elétricos em São Paulo

Carlos Petroselli e Fábio Piccirilli

SÃO PAULO O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nesta sexta-feira (8) que poderá ir à Justiça contra a Enel, concessionária de energia, pela falta de acordo com a empresa que acaba por travar a implementação de ônibus elétricos na cidade.

Na discussão, revelada pela Folha, a prefeitura diz que a Enel orçou em R\$ 1,6 bilhão todo o serviço para a construção da infraestrutura necessária para carregar as baterias dos veículos nas garagens. “A SPTTrans está conversando [com a Enel X, braço da concessionária que atua na área de mobilidade], vamos levar o tema até o dia 15 de março. Se não houver acordo, vamos ter que partir para o Judiciário”, disse Nunes.

Precurada pela reportagem nesta sexta-feira, a Enel disse que o valor total para eletrificação varia de acordo com o tipo de solução em cada local. “O valor mencionado de R\$ 1,6 bilhão não está correto, pois soma os valores de todas as alternativas até aqui analisadas”, afirma a concessionária, em nota.

A prefeitura tem como meta trocar 2.600 ônibus a diesel por modelos movidos a bateria, o equivalente a 20% de toda a frota, até o final deste ano. A intenção é que esta seção seja feita em parceria com a Enel, a compra não pode ser concluída.

Em entrevista à Folha publicada na terça-feira (5), Gilmar Pereira Miranda, secretário-executivo da pasta de Transporte e Mobilidade Urbana da cidade, disse que precisa gastar aproximadamente R\$ 650 milhões com as obras feitas pela Enel X.

“O único ponto, hoje, é o custo, e a infraestrutura nas garagens por causa da distribuição de energia elétrica. Pensando agora em R\$ 1,6 bilhão, é um valor extremamente elevado”, afirmou o secretário, na ocasião.

Nesta sexta, o prefeito chegou a questionar a capacidade da Enel para realizar o processo de eletrificação das garagens. “Eles agora apresentam uma conta de R\$ 1,6 bilhão para fazer a infraestrutura para o carregamento das baterias. Tenho a impressão de que

ela [Enel] não tem condição de atender, não tem compromisso com a cidade e jogam preço exorbitante para justificar o seu não atendimento”, disse Nunes.

“Sem querer ser leviano, é uma impressão que tenho. Estou colocando um sentimento pela conversa do dia, porque essa turma é só desculpa o tempo inteiro, né”, prosseguiu o prefeito.

A relação entre Nunes e Enel é conflituosa desde o apogio que atingiu a cidade em novembro de 2023. A gestão Nunes chegou ao poder em novembro de 2023.

São Paulo contabiliza, hoje, apenas 84 ônibus movidos a bateria. A prefeitura fez empréstimos de R\$ 5,7 bilhões junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Mundial, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para atin-

Ricardo Nunes
prefeito de São Paulo